

MULHERES BRASILEIRAS E O CUIDADO EM PORTUGAL: TRABALHO, ESTEREÓTIPOS E VIOLÊNCIA.

Badr Abou Dehn Pestana ¹

Igor José de Renó Machado ²

RESUMO: A pesquisa propõe compreender as relações laborais e os estereótipos que atravessam a experiência de mulheres brasileiras migrantes que atuam como cuidadoras de idosos em Portugal, analisando as múltiplas formas de opressão que essas mulheres enfrentam. Com o aumento da feminização das migrações, o trabalho relativo ao cuidado levanta reflexões, pois é frequentemente tratado como algo natural e inato da mulher, não resultante de formação profissional, mas sim de um suposto "instinto", reforçando sua vinculação à imagem do feminino (HIRATA 2009). A emigração brasileira para Portugal, em especial após 2014, é heterogênea e apresenta diversos perfis e inserções laborais, porém, observa-se uma tendência em relação aos setores de trabalho ocupados, como atendimento ao público, limpeza e cuidados, este último, particularmente, recaindo sobre mulheres imigrantes, (GOMES, 2013) sendo frequentemente empregos desvalorizados e alvos de exploração. Diante desse cenário, a pesquisa também busca analisar como gênero, nacionalidade e condição migratória se interseccionam e moldam as trajetórias dessas mulheres, desde a sua inserção laboral até o acesso a direitos e cidadania.

Palavras-chave: Mulheres migrantes; Brasileiras em Portugal; Etnografia; Trabalho e cuidado.

INTRODUÇÃO

A demanda por trabalhadores migrantes no setor de cuidados em países ricos é um reflexo da desigualdade da divisão de trabalho e riqueza global. Entretanto, esses países estabelecem regimes migratórios restritivos que resultam em condições de trabalho precárias para imigrantes, constituindo, portanto, uma relação paradoxal pautada pelo capitalismo moderno: ao mesmo tempo que impedem a circulação livre, dependem de trabalhadores imigrantes para setores precarizados e mal remunerados, como, por exemplo, o de cuidador (DEBERT, 2016; RIBEIRO e BAENINGER, 2020).

Nesse contexto é importante distinguir o processo de migração em experiências de gênero: mulheres migrantes estão inseridas numa complexa gama de demarcadores sociais que refletem diretamente no papel que essa mulher tem dentro da sociedade e definem suas relações com o trabalho e interações sociais no país receptor. A feminização

¹ Universidade Federal de São Carlos

² Universidade Federal de São Carlos

das migrações vem se consolidando cada vez mais com o aumento de mulheres atravessando as fronteiras nacionais. Desse modo, a busca por trabalho e renda combina-se com estereótipos que associam mulheres a atributos como 'dedicação natural' e 'disponibilidade afetiva', criando um nicho laboral predominantemente feminino e racializado no setor de cuidados. (DEBERT, 2016).

Neste projeto, buscarei refletir especificamente sobre como se dá o processo de vida e trabalho de brasileiras migrantes que atuam como cuidadoras de idosos em Lisboa, Portugal. Com isso, pretendo abrir espaço para uma reflexão e análise sobre as múltiplas formas de opressão vivenciadas por corpos migrantes femininos, bem como sobre seus processos laborais.

A escolha em analisar mulheres brasileiras em Portugal se justifica não apenas pelo volume expressivo dessa migração, mas também pelas contradições que a permeiam: a facilidade linguística e os laços históricos não impedem a precarização dessas trabalhadoras, na verdade, pode, muitas vezes, reforçar hierarquias herdadas do colonialismo (MACHADO, 2004). Portanto, se por um lado, essa familiaridade colabora com a migração, por outro, estereótipos associados à nacionalidade brasileira podem intensificar a exploração no trabalho doméstico e de cuidados.

SÍNTESE DA BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

A migração em muitos casos é motivada pela expectativa de acesso a melhores condições de vida, trabalho, serviços públicos e segurança. Esses elementos, divulgados nos discursos dos países de destino, alimentam o imaginário de estabilidade e progresso. Já do ponto de vista do país de origem, a saída de seus cidadãos costuma estar ligada a dificuldades estruturais, como desigualdades sociais, instabilidade política e crises econômicas, que, segundo Póvoa Neto (2006), configuram um contexto de expulsão. No Brasil, a partir de 1980, observou-se uma mudança de imagem, de "país da imigração" passando para "país da emigração", o que evidenciou uma clara modificação nos fluxos migratórios. Hoje, o Brasil contribui com altos números para a emigração latino-americana, especialmente para os países: Estados Unidos, Portugal, Espanha, Itália e, também, para o Japão (PÓVOA NETO, 2006).

A emigração brasileira para Portugal, assim como em outros países, cresceu significativamente nas décadas de 1980 e 1990, entretanto, dividiu-se em dois processos, que se diferenciaram aos citados anteriormente. A chamada “primeira vaga”, composta

por um número reduzido de migrantes, com maior nível de escolaridade e qualificação, enquanto a “segunda vaga” foi mais expressiva e heterogênea, incluindo um grande contingente de trabalhadores menos qualificados. No início do século XXI, os brasileiros já passaram a constituir o maior grupo de estrangeiros em Portugal, mantendo um relevo crescente dos segmentos de imigrantes mais desqualificados. (PEIXOTO E FIGUEIREDO, 2007; IORIO E FERREIRA, 2013).

Para compreender melhor os números e as características da emigração brasileira em um recorte mais recente, diversos autores analisam os fluxos migratórios do início do século XXI, identificando o que alguns denominam como uma “terceira vaga”. Esse momento migratório é impulsionado por novas legislações dos países que facilitaram a regularização e ampliaram oportunidades no mercado de trabalho em Portugal. Esse fluxo se destacou, de maneira geral, pelo aumento das remessas ao Brasil, maior presença feminina, predominância de migrantes com nível médio de escolaridade e intensificação da mobilidade estudantil. No entanto, a crise econômica global de 2008, agravada pela adoção do programa de austeridade em Portugal entre 2011 e 2014, desacelerou esse fluxo migratório, reduzindo as entradas e levando muitos brasileiros a retornar ao Brasil (GÓIS, P. et al, 2009; FRANÇA e PADILLA, 2018).

Com o fim dessas medidas em 2014, o país retomou o crescimento econômico, impulsionando uma nova onda de imigração brasileira: a “quarta onda” (que para alguns autores, se iniciou em 2017), caracterizada por jovens empreendedores, profissionais qualificados e famílias de classe média em busca de segurança e qualidade de vida. Este fluxo, entretanto, é marcado pela diversidade e heterogeneidade de perfis sociodemográficos. É nessa nova transição que os brasileiros voltam a se consolidar como o principal grupo estrangeiro em Portugal e agora com projetos migratórios de longa duração (FRANÇA e PADILLA, 2018; FERNANDES, PEIXOTO e OLTRAMARI, 2020).

Dado o crescimento de imigrantes em Portugal e seus diferentes contextos migratórios e laborais, Machado (2005) nos provoca a refletir sobre a relação entre a construção da identidade brasileira, os estereótipos portugueses sobre o Brasil e a inserção dos migrantes brasileiros no mercado de trabalho. Com isso, baseio-me nas perspectivas do autor, sobre as dimensões da vida do imigrante brasileiro serem divididas em 3 principais categorias: trabalho, representação e gênero. (MACHADO, 2015).

Diante desse contexto migratório e pela busca por trabalho, vê-se a necessidade de ampliar a lente de análise e considerar as formas sutis de violência que permeiam as relações laborais desses migrantes.

Ao longo do tempo, nas interações trabalhistas, observa-se que o controle sobre a vida dos trabalhadores e as dinâmicas de poder, moldam os processos de trabalho e refletem suas influências até a atualidade. Paoli (1989) analisa a violência direcionada à classe trabalhadora e evidencia uma perspectiva social em que o emprego é tratado como uma concessão oferecida aos operários, enquanto o empregador assume uma posição hierárquica que remete ao papel de líder familiar.

Essa realidade contribui com uma construção de visão da sociedade sobre os migrantes, repercutindo diretamente no lugar social ocupado por esses indivíduos e na forma como se relacionam com o trabalho e com a sociedade. Gramsci (1999) traz essa discussão a partir de seu conceito de grupos subalternos e o desafio de superar essa condição por meio da luta por direitos e pela reconfiguração das relações de poder no trabalho. A complexidade das relações de poder também é apresentada por Bourdieu (2012) que aborda como a dominação social pode produzir a chamada violência simbólica definida pelo autor como uma violência invisível, que opera por meio da aceitação implícita da dominação por parte dos dominados, em que não se utiliza de meios físicos, mas que se manifesta por meio de símbolos e comunicação.

Assim como a simbólica, ainda há outras abordagens que relatam como diferentes formas de violência são produzidas socialmente. Entre elas, a violência estrutural que se refere a como certas formas de violência se constituem através das próprias instituições e sistemas econômicos, e cria condições de vida desiguais e precárias para certos grupos sociais. Nesse sentido, Galtung (1969) relata que essa violência está gravada na estrutura da sociedade e aparece como desigualdade de poder e consequentemente, como chances desiguais de vida. Entretanto, essa forma de violência se manifesta não somente em estatísticas e normas institucionais, mas também nas práticas cotidianas e torna invisível o sofrimento dos trabalhadores. Dessa forma, o processo laboral em si não é necessariamente violento, mas a forma como é organizado, realizado e gerenciado pode se configurar de forma violenta. Minayo (1994) caracteriza a violência estrutural como uma forma silenciosa de expressá-la, que se revela tanto nas condições precárias e perigosas de trabalho quanto na restrição de direitos sociais conquistados, como os benefícios trabalhistas e previdenciários. Atualmente, o trabalho análogo à escravidão, o

trabalho infantil e o aumento da informalidade, representam algumas das formas mais notórias de exploração no trabalho (GOMEZ, 2005; OLIVEIRA e NUNES, 2008).

Simonetti et al. (2020) destacam que, diante da urgência por sobrevivência, trabalho e ausência de redes de apoio e/ou proteção, os migrantes internacionais encontram-se especialmente vulneráveis a relações de trabalho fraudulentas, nas quais são privados de um tratamento digno e da garantia mínima de seus direitos laborais. Nesse contexto, Romero (2018) evidencia que uma das piores formas de abuso e exploração de trabalhadores imigrantes são os contratos ou vistos que vinculam o trabalhador ao seu empregador.

Entre os diversos setores laborais atravessados por essas formas de violência, o trabalho reprodutivo, (aqui sendo o cuidado o foco desse estudo), se destaca pois, além de uma atividade frequentemente desvalorizada, é tratada não como resultante de formação profissional, mas sim de um suposto "instinto", reforçando sua vinculação à imagem do feminino. Se reconhece, portanto, conforme Hirata (2009), as chamadas “qualidades femininas” como habilidades profissionais, em que as qualificações são amplamente atribuídas aos homens e às mulheres restam apenas “qualidades”.

O trabalho reprodutivo, geralmente destinado as mulheres ou grupos minoritários como os imigrantes, se refere a atividades não remuneradas e realizadas no espaço doméstico, que são essenciais para a reprodução da vida e da força de trabalho, como por exemplo o cuidado com as pessoas e com a manutenção do lar. A não remuneração parte de uma visão que esse é um trabalho improdutivo ou de caráter não capitalista, segundo relata Brito e Coelho (2022), em que acreditava-se não ter relação direta com o capital, ou seja, desconsiderava o trabalho do cuidado como mantenedor das engrenagens do sistema.

Para Federici (2019), o trabalho reprodutivo é atribuído como um traço e particularidade oriundo das mulheres, porque seguindo a lógica capitalista, foi destinado a não ser remunerado, colocado como um trabalho que promove plenitude na vida da mulher que é destinada a cuidar e conceder seu “amor”. Sendo, então, uma “arma poderosa no fortalecimento do senso comum” de que o trabalho reprodutivo não constitui em si um trabalho, mas sim um atributo natural, reprimindo a luta das mulheres (FEDERICI, 2019).

Brito e Coelho (2022) trazem que o trabalho doméstico se transforma numa função fundamentalmente feminina a partir do modo de produção capitalista, juntamente com o

patriarcado e o racismo estrutural, que foram fundamentais nos processos de naturalização do mesmo. Segundo Caldeira e Bispo (2020), ao construírem um referencial teórico marxista, voltam para Engels (2012), com o marco da propriedade privada, a riqueza acumulada pelo homem precisava ser passada a seus herdeiros legítimos. Com isso, o controle dos espaços ocupados pela mulher passa a integrar um elemento essencial para a preservação e garantia da paternidade, ocupando uma posição central no espaço doméstico e responsável pelo cuidado dos filhos e da casa. Nesse cenário, consolidou-se uma ideologia patriarcal imposta às mulheres pela divisão sexual do trabalho: a responsabilidade pelo cuidado doméstico. Esse processo foi intensificado violentamente no período da escravidão, principalmente sobre as mulheres negras (BRITO e COELHO, 2022).

Nesse cenário, é de extrema importância racializar o debate sobre a trajetória de mulheres migrantes, pois, segundo Davis (2016), a categoria mulher pode ser considerada uma armadilha, quando encontra-se dissociada do contexto racial e de classe pois “Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida”³

O racismo em articulação com o sexismo e machismo produz efeitos violentos especialmente sobre as mulheres negras. Como observado por Gonzalez (1984), a figura da mulher negra é frequentemente associada à "mulata", "mãe preta" e a "doméstica". Essas representações têm origem no período escravocrata em que a mulher amamenta, educa e cuida da criança branca, ao mesmo tempo em que era marginalizada. A autora então retrata como o afeto também pode ser um terreno de dominação racial e de gênero. Portanto, neste estudo, ao relacionar gênero e migrações, levarei em consideração em minhas análises o conceito de interseccionalidade trazida por Crenshaw (1989), que aborda como diferentes formas de opressão não atuam de maneira isolada, mas se sobrepõem e interagem para criar experiências únicas de discriminação.

Considerando esses aspectos, compreende-se que a vivência de mulheres em contextos migratórios não pode se restringir por uma ou duas categorias isoladas. Segundo Piscitelli (2008), essas categorias que marcam suas trajetórias devem ser vistas como elementos que moldam suas experiências, atravessando, de forma entrelaçada, dimensões como sexualidade, raça, etnicidade e nacionalidade. Pois há uma violência

³ Artigo publicado no portal Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>.

simbólica e colonial que se expressa a partir de fronteiras etno-sexuais afetando de maneiras distintas mulheres proveniente de diferentes regiões do mundo.

O cuidado não deve ser visto como um ato individual ou doméstico, mas sim como um processo coletivo, bem como político, essencial para o funcionamento da democracia, pois trata-se de um conjunto de práticas voltadas para a manutenção da vida e deve estar no centro da política democrática (TRONTO, 2015). Desse modo, a compreensão da migração feminina e o trabalho do cuidado, requer que se observe não apenas as marcas de raça e gênero, mas também os circuitos econômicos e afetivos nos quais essas mulheres são inseridas. As noções de amor maternal atribuídas ao trabalho do cuidado se desfazem quando essa atividade deixa de ser o trabalho cotidiano das mulheres como mães, esposas e filhas e passa a ser o trabalho remunerado de trabalhadoras domésticas migrantes. Este fenômeno de delegação do trabalho reprodutivo para mulheres migrantes é elucidado por meio da chamada Divisão Internacional do Trabalho Reprodutivo, que é promovida pela globalização. Nesse movimento, mulheres de países ricos do norte só conseguem se inserir no mercado de trabalho uma vez que comprem a mão de obra de outras mulheres, geralmente migrantes dos países do sul, como as latino-americanas, para realizarem, no seu lugar, o trabalho reprodutivo. Logo, esse evento gera um “ciclo” pois essas migrantes só conseguem partir porque outras mulheres em seu país de origem se incumbem pelos cuidados de seus dependentes. A globalização do cuidado, então, expande as desigualdades entre os países à medida que as mulheres de países mais pobres deixam suas próprias famílias para cuidar de famílias privilegiadas de um país mais rico, esse evento é denominado pela autora Hochschild (2016) como “cadeia global de cuidados”, processo em que ocorre a realocação das tarefas reprodutivas sempre para alguém que esteja em condição inferiorizada na grade de escalonamento do trabalho doméstico (RODRIGUES e TONHATI, 2022; FEDERICI, 2019). Essa dinâmica favorece e permite a desresponsabilização dos governos que transferem às famílias serviços que deveriam ser garantidos por políticas públicas (SILVA, 2021).

Segundo a análise de Marchetti (2022), essa cadeia é considerada "global" porque envolve diversas nações interligadas seja por fluxos de trabalho, afeto, desigualdade e/ou poder, e é uma "cadeia" porque as atribuições do cuidado vão sendo transferidas de uma mulher para outra ao longo de uma hierarquia transnacional. Para Faria (2019), o deslocamento feminino transcontinental e colonialista ocasiona um drama social: o cuidado se torna símbolo de apropriação do capital e da globalização que o mercantiliza

e o profissionaliza, conferindo que as mulheres do sul global se submetam a precarização e desvalorização nos países do norte, condicionando uma hierarquia atrelada ao gênero, classe e a raça, contribuindo para estimular a desigualdade de gênero.

A “crise do cuidado”, conforme exposta por Hirata (2009), se dá devido ao envelhecimento populacional e da escassez de mão de obra, em um setor historicamente desempenhado por mulheres da família, pois, as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho e, paradoxalmente, nos empregos relacionados ao cuidado. Diante desse cenário, imigrantes, especialmente com baixa qualificação, acabam sendo direcionados para esse tipo de trabalho, que frequentemente se apresenta como a única alternativa para evitar uma situação de completa vulnerabilidade socioeconômica no país de destino. (OLTRAMARI et al, 2023).

Esse fenômeno também pode ser acompanhado em Portugal, diante do crescimento expressivo da migração brasileira para o país nos últimos anos. A Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA, 2024), no Relatório de Migrações e Asilo, relatou que, em 2023, a nacionalidade brasileira apareceu como a principal comunidade estrangeira residente no país com uma representação de 35,3% do total. Esse índice também é fortemente marcado por um perfil feminizado, sendo as mulheres aproximadamente 51% (187.376) dos migrantes (AIMA, 2024).

A emigração dessas mulheres ocorre tanto de forma solitária quanto dentro de uma estratégia migratória familiar, nem sempre liderada por um homem. As motivações para esse movimento variam, englobando desde razões econômicas, como a necessidade de contribuir para o sustento da família, até questões sociais que impulsionam a busca por maior autonomia e independência em outro país (PADILLA, 2007). É importante notar que, independentemente das motivações ou formas que se deslocam, a esperança ou objetivo de se encontrar um trabalho é sempre uma constante, pois, é ele que determina seus modos de vida, bem estar, o acesso à alimentação, moradia entre outros direitos básicos para uma vida digna.

Embora exista uma diversidade de perfis e inserções laborais das brasileiras em Portugal, observa-se uma tendência em relação aos setores de trabalho ocupados, como atendimento ao público, limpeza e cuidados (GOMES, 2013). Estes últimos, particularmente, recaindo sobre mulheres imigrantes, como mostra o relatório “intitulado "Domestic Workers Across the World: Global and regional statistics and the extent of legal protection" da Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicado em 2013,

que declara que em Portugal registrou-se 175.500 trabalhadores domésticos, dos quais, 173.400 são mulheres, sendo o ramo de atividade mais frequente entre as mulheres imigrantes.

A definição de cuidador informal no país foi elencada pelo Estatuto de Cuidador Informal⁴ (lei nº 100/2019), que definiu e reconheceu legalmente quem cuida de pessoas dependentes. Para a Uchôa (2021), a aprovação deste estatuto caracteriza uma maneira do governo transferir sua responsabilidade pelos cuidados de saúde e bem-estar da população dependente para as famílias, que recai principalmente no ombro das mulheres. Essa transferência de responsabilidade provém, como já visto, da lógica patriarcal e capitalista, que desvaloriza o cuidado como responsabilidade coletiva, e o pressiona para os espaços privados.

Além do reforço do estereótipo do cuidado estar intrinsecamente vinculado à mulher, emergem outros desafios da imigração brasileira: a imagem sexualizada da mulher brasileira e a concepção de um “corpo colonial” (GOMES, 2013), ou seja, um corpo visto como disponível. Nesse cenário, Padilla (2007) traz em seu estudo sobre a oposição (na visão eurocentrista) entre as mulheres europeias e as mulheres de ex-colônias, reforçando o que Gomes (2013) traz como “corpo colonial”; no qual a hegemonia europeia se sobrepõe nas relações com as mulheres não europeias, vistas como disponíveis e subalternizadas. Essas representações, muitas vezes alimentadas e reforçadas pelo Estado Brasileiro, pela elite e pela mídia, acentuam a ordem discursiva hegemônica que perpetua relações de poder colonial, racista e misógino (MACHADO, 2004), reafirmando, portanto, estereótipos que subjagam as mulheres migrantes. Com isso, os discursos sociais não apenas moldam percepções, mas também se transformam em preconceitos, especialmente no que diz respeito às mulheres brasileiras, enraizados nessas relações históricas de poder (GOMES, 2013).

Assim a experiência de trabalho e vida das cuidadoras brasileiras acontece num complexo entre meio ambivalente de estereótipos, no seio do qual a atividade do cuidado tangencia distintas dimensões que vão desde uma imagem positiva do cuidado até uma imagem agressiva da sexualidade, impactando a vida dessas imigrantes de formas que são também o objeto dessa pesquisa.

⁴ A lei aprova o Estatuto do Cuidador Informal, que regula os direitos e os deveres do cuidador e da pessoa cuidada.

Uma outra barreira estrutural que contribui para o aumento das dificuldades encontradas por mulheres brasileiras imigrantes e que atuam nos setores domésticos (no caso do estudo, na área do cuidado), é de que, por se tratar de ocupações marcadas pelo isolamento e pela reduzida interação social, possuem baixos recursos de redes de apoio, dificultando assim a obtenção de conhecimento de melhores empregos, de processos de regularização migratória e acesso a serviços voltados para imigrantes (PADILLA, 2007), aumentando os riscos de precarização. As relações sociais são reconhecidas como elementos fundamentais no suporte dos indivíduos, nos níveis material e afetivo, tendo impactos muito claros na sua saúde física e mental.

OBJETIVOS

A presente pesquisa tem como principal objetivo investigar as condições laborais de brasileiras cuidadoras de idosos em Portugal, bem como compreender de que forma os estereótipos e marcadores como raça, classe social, gênero, nacionalidade e condição migratória se articulam e interseccionam na experiência migratória dessas brasileiras, moldando suas trajetórias desde a sua inserção laboral até o acesso a direitos e cidadania, e repercutindo em seu cotidiano urbano e em sua saúde e bem-estar.

Para isso, busca-se então caracterizar o perfil sociodemográfico e migratório das mulheres que residem em Portugal e trabalham no setor do cuidado de idosos, mapear as trajetórias laborais e levantar possíveis experiências de violência e/ou exploração laboral, analisar a relação entre essas experiências e os marcadores sociais e identificar os principais desafios enfrentados pelas mulheres no acesso aos direitos trabalhistas e documentação.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo ainda está em estágio de desenvolvimento e trata-se de uma pesquisa qualitativa onde o principal instrumento metodológico será uma etnografia com base na convivência e na observação atenta (PEIRANO, 2008) alinhada à perspectiva de Geertz (1989), que defende uma “descrição densa” como forma de acessar os significados culturais a partir da interpretação situada dos acontecimentos.

Para isso, farão parte da pesquisa trabalhadoras brasileiras, que tiveram alguma experiência laboral, seja formal ou informal como cuidadora de idosos em Portugal. O recrutamento das participantes se dará por meio de parcerias com Organizações da Sociedade Civil e através de grupos de trabalho para brasileiros em redes sociais. Para enriquecimento da análise, pretende-se selecionar uma amostra heterogênea em relação à faixa etária, formalidade e tempo de residência no país. Em seguida, a rede de contatos se estabelecerá a partir da técnica “bola de neve⁵”.

A escolha do campo pela capital do país envolveu algumas análises como a do Instituto Nacional de Estatística (2024) que indicou que a região da Grande Lisboa apresentou um índice de 34,3 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa. Esse índice, comparado a outras regiões, demonstra uma taxa de envelhecimento menor, entretanto, a escolha da cidade se pautou também nos números de imigrantes brasileiros em Lisboa, que, segundo a Pesquisa Brasileiros em Portugal, em 2018, o município e seu entorno apresentaram a maioria da população migrante vivendo no local, com 213.065 pessoas registradas, sendo 48,7% de todos os imigrantes de nacionalidade brasileira (BARBOSA, 2021), o que trará uma gama de oportunidades para a realização desta etnografia. Conforme os diálogos e as relações sociais forem se estabelecendo, outros municípios também poderão ser incluídos de acordo com a disponibilidade da pesquisadora e possíveis participantes.

A fim de me aproximar das dinâmicas sociais, as tensões e as solidariedades que se manifestam de forma mais espontânea, pretendo participar de eventos organizados pelos grupos de brasileiros no país como encontros informais, celebrações e reuniões casuais o que gerará um arcabouço de materiais que serão registrados em um diário de campo, instrumento fundamental para o levantamento de situações não verbalizadas e reflexões sobre meu próprio papel como pesquisadora brasileira, migrante temporária e interlocutora (BERNARD, 2017).

Para compreender as relações laborais, estereótipos e possíveis violências e explorações que atravessam a experiência de mulheres brasileiras que atuam como cuidadoras de idosos em Portugal, se possível, será acompanhado também o cotidiano de trabalho dessas mulheres. Como segundo instrumento de compreensão, através de alguns

⁵ Esta técnica de pesquisa qualitativa se baseia na indicação de novos participantes a partir dos participantes iniciais na pesquisa, formando uma teia social mediada por redes de pertencimento. Coleman, J. S. (1958).

encontros, pretendo encaminhar diálogos a partir de entrevistas (não estruturada ou semiestruturada), com o cuidado para preservar a autonomia do relato dessas mulheres e garantir uma escuta ativa e sensível (COLLINS, 1998).

Para uma maior contemplação e qualidade da pesquisa, pretende-se realizar uma etnografia em Portugal com duração de 6 meses, para que seja possível estabelecer contatos com Organizações da Sociedade Civil, a convivência com essas mulheres e viabilizar uma melhor análise de suas vivências como imigrantes trabalhadoras do cuidado.

FORMA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, será realizada uma imersão profunda no material etnográfico, por meio de várias leituras dos registros do diário de campo, visando familiarizar-se com o corpus textual. No segundo momento, será feita a demarcação dos trechos a serem tratados, com base na temática e nos objetivos traçados na pesquisa. Posteriormente a realização de uma exploração mais detalhada do material, visando uma compreensão aprofundada dos dados (BERNARD, 2017).

Por fim, os resultados serão interpretados de maneira contextualizada, com o intuito de entender o significado antropológico das evidências e suas conexões com o objetivo do estudo. A apresentação dos resultados será realizada de forma descritiva e por meio de figuras ou tabelas, com o intuito de facilitar a visualização e a compreensão dos dados obtidos.

A presente Pesquisa integra o Laboratório de Estudos Migratórios (LEM) da Universidade Federal de São Carlos que poderá fornecer subsídios teóricos para efetivação da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta estudo pretende aprofundar a compreensão das experiências laborais de mulheres migrantes que atuam no setor de cuidado, como também mapear as redes de poder e resistência que emergem dessas relações. Além disso, procura contribuir para discussões sobre justiça social, cidadania e direitos humanos, e ampliar os debates antropológicos urbanos de exclusão e subordinação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO, MIGRAÇÕES E ASILO (AIMA). Relatório de Migrações e Asilo 2023. LOPES S.; SOUSA A. Lisboa: AIMA I.P. set. 2024. ISBN 978-989-35625-7-4.

BARBOSA, A. Brasileiros em Portugal: de volta às raízes lusitanas. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão*, 2021

BERNARD, H. R. 2017. Research methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches. Lanham: Rowman & Littlefield.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 v.11.

BRITO, M. M. L. A.; COELHO, G. G. FEMINISMO MARXISTA E PSICOLOGIA: o trabalho reprodutivo na formação da subjetividade das mulheres. Política & Trabalho: revista de ciências sociais, n. 55, 31 mar. 2022.

CALDEIRA, Ariana; BISPO, Nívia. As contradições sociais evidenciadas pelo novo coronavírus e a vida das mulheres no contexto da pandemia. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 12, n. 3, p. 479-502, 2020.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, 1989, p. 538–554.

DAVIS, A. Mulher, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT, G. G. Migrações e o Cuidado do idoso. Cadernos Pagu, n. 46, p. 129–149, jan. 2016.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EUROPEAN ANTI POVERTY NETWORK PORTUGAL (EAPN Portugal). Migrações — factos & números. Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza, abr. 2024.

FARIA, G. J. A. Feminização dos Circuitos Migratórios: Um Diálogo entre o Trabalho do Care, Redes Sociais e Processos de Desenvolvimento Social. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 10, n. 2, p. 24–41, 2019. ISSN 21772886.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, D.; PEIXOTO, J.; OLTRAMARI, A. P. A quarta onda da imigração brasileira em Portugal: uma história breve. *Revista Latinoamericana de Población*, v. 15, n. 29, p. 34–63, 17 mar. 2020.

FRANÇA, T.; PADILLA, B. IMIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA PORTUGAL: ENTRE O SURGIMENTO E A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DE UMA NOVA VAGA. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 33, n. 2, 13 dez. 2018.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. *Journal of peace research*. v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 3–20.

GOMES, M. S. O imaginário social <Mulher Brasileira> em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. *Dados*, v. 56, n. 4, p. 867–900, out. 2013.

GÓIS, P. et al. “Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal”, in PADILLA, B. e XAVIER, M. (org.), *Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina*, out. 2009, n.º 5, Lisboa: ACIDI, pp. 111-133.

GOMEZ, C. M. Violência no trabalho. In: SOUZA, E. R. S.; MINAYO, M. C. S. (Org.) *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. 1 ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

GONZALEZ, L. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. *Revista ciências sociais hoje* 2, no 1 (1984): 223–44.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v.1.

HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*, n. 21, p. 24–41, jan. 2009.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. Global care chains and emotional surplus value. In: ENGSTER, Daniel, METZ, Tamara. *Justice, politics and family*. Nova York: Routledge, 2016, p. 249- 261.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Portugal. Índice de dependência de idosos por região NUTS – 2024 (dados de 2023). Lisboa: INE, 2024. Disponível em: <https://www.ine.pt>.

- IORIO, J. C.; FERREIRA, S. D. A. Fluxos migratórios de brasileiros em Portugal: o retorno e a “nova vaga dos em vias de qualificação”. *Leopoldianum*, v. 39, n. 107–9, p. 31–48, 8 jun. 2013.
- MACHADO, I. J. R. “Imigrantes brasileiros no Porto. Aproximação à perenidade das ordens raciais e coloniais portuguesas.” *Lusotopie* 11: 121-140. 2004.
- MACHADO, I. J. R. "Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento: o caso dos brasileiros em Portugal". Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS Working papers nº 03 2005.
- MACHADO, I. J. R. “Brasileiros no exterior e cidadania (1980-2005)”. Tomo 26 (jan/jun): 211–45. 2015.
- MARCHETTI, S. Migration and domestic work. IMISCOE Short Reader, Springer, 2022. 94 p.
- MINAYO, M. C. S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 10, p. S7–S18, 1994.
- OLIVEIRA, R. P.; NUNES, M. O. Violência relacionada ao trabalho: uma proposta conceitual. *Saúde e Sociedade*, v. 17, n. 4, p. 22–34, out. 2008.
- OLTRAMARI, A. P. et al. Quarta Onda de Imigrantes Brasileiras e Brasileiros em Portugal: Redes, Classe Social e Gênero em Evidência nas Relações de Trabalho. *Revista Gestão & Conexões*, v. 12, n. 1, p. 49–71, 21 mar. 2023.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Domestic Workers Across the World: Global and regional statistics and the extent of legal protection. Genebra: OIT, 2013.
- PADILLA, B. “A Imigrante Brasileira em Portugal: Considerando o Gênero na Análise”, in MALHEIROS J. M. (org.), *A Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa, ACIDI. 2007.
- PAOLI, M. C. Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, p. 40–66, set. 1989.
- PEIRANO, M. C.. *Etnografia: teoria, método e experiência*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- PEIXOTO, J.; FIGUEIREDO, A. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal. In: MALHEIROS, J. M. (org.). *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I. P.), 2007. p. 11-37.
- PISCITELLI, A. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. *Sociedade e cultura* 11, no 2 (2008): 263–74.

- PÓVOA NETO, H. A imagem da imprensa sobre a emigração brasileira. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 25–39, maio 2006.
- RIBEIRO, E. M.; BAENINGER, R. Migração internacional de mulheres e o mercado global de cuidados. *Cidades* 40, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cidades/2272>.
- RODRIGUES, T.; TONHATI, T. Migração e trabalho doméstico: as experiências de migrantes latino-americanas na Espanha. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 30, n. 65, p. 105–120, maio 2022.
- ROMERO, M. Reflections on Globalized Care Chains and Migrant Women Workers. *Critical Sociology*, v. 44, n. 7–8, p. 1179–1189, nov. 2018.
- SILVA, F. M. Trabalho emocional realizado por imigrantes brasileiras cuidadoras de pessoas idosas em Portugal. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.
- SIMONETTI, T. L. B. et al. Exploração laboral, pandemia e seus legados. *Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19*. PUCMINAS/UNICAMP, 2020. P. 33 – 37.
- TRONTO, J. *Who cares? How to reshape a democratic politics*. New York: Cornell University Press, 2015.